COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/ SERVIN

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
2006-0289102-3	000700121308-1 002	BANCO NOSSA CAIXA S/A
2012-0352982-8	000260582868-1 004	JNA ARQUITETOS SS LTDA
2013-0210309-8	000641620181-1 002	UNIAO
2014-0057903-8	000090640832-6 1 004	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
2014-0142683-9	000130360552-1 001	RAUL VICENTE KURT ARNHOLD
2014-0166025-4	000150210112-6 1 005	NAIR DABUS MALUF
2014-0286762-6	000854280249-1 003	ESCRITORIO LEVY PARTICIPACOES E EMPREEND. LTDA

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SEL/ COMIN

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
2005-0001698-0	000722140202-1 010	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2008-0340207-0	000171140602-1 008	BRUNO LEMBI EMPREENDIMENTOS LTDA
2010-0194055-1	001190980170-1 004	TRIPLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2012-0352777-9	000874400169-1 029	JATOBA AGRICULTURA PECUARIA E INDUSTRIA S/A
2013-0333691-6	000020220949-1 005	ELETROPAULO
2014-0077509-0	002991250015-4 1 012	COMARDI COMERCIAL LTDA.
2014-0107124-0	000250630139-1 003	SAMIR AHMAD MOHAMAD OSMAN
2014-0222749-0	000462250019-1 010	SANTA MARIA INCORPORADORA CONSTRUTORA LTDA.
2015-0003367-3	000799960089-1 023	CALAARI PARTICIPACOES LTDA
2015-0005114-0	001041670062-1 002	DENISE COSTA DELLA NINA PISTONE
2015-0051290-3	001603680117-1 002	PET CENTER COMERCIO E PARTICIPACOES S.A
2015-0054733-2	000541840606-1 002	BELA VISTA ADMINISTRACAO DE BENS PR.LTDA

COORD.PARC.SOLO E HAB.INTERESSE SOCIAL - SEL/ PARHIS

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
1998-0091208-8	638358007755-2 001	DOMENICO BERTUSO
2008-0215981-4	000703260011-5 1 003	WANESSA INCORPORADORA LTDA
2010-0288391-8	000440190019-7 1 005	COHU
2013-0168629-4	000580460109-1 003	ISIDORO TAMASHIRO
2013-0260462-3	001100760008-9 1 003	ABRAAO NUNES BEZERRA
2014-0305756-3	001183700017-1 001	MARCELINO TORIBIO JUNIOR
2015-0016565-0	000590060009-0 1 003	MONTE MAGNO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
2015-0039438-2	638358010189-3 002	CLOVIS VALENTE DE OLIVEIRA NETO
2015-0045396-6	000581810472-1 001	CELSO DE FARIA
2015-0082147-7	000670560030-6 1 001	MAURICIO GOMES CARDOSO
2015-0153106-5	000560490419-1 001	ACP PARTICIPACOES LTDA
2015-0163417-4	002301050566-1 001	VALDEMAR ANTONIO DA SILVA

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/ SEGUR

PROCESSO	SQLINCRA	NOME
2004-0090359-4	000832260340-1 2 80	RASCAL RESTAURANTES LTDA
2006-0068453-5	002991270064-1 004	CASA FASANO EVENTOS LTDA
2008-0143567-2	001593970005-1 013	FOSFECO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
2011-0297929-1	000150220373-1 005	HOSPITAL E MATERNIDADE IARDINS LTDA
2013-0079194-9	000100010037S-1 008	ASSOCIACAO CULTURA INGLESA - SAO PAULO
2013-0246526-7	001740140075-1 003	AMERICAN TOWER DO BRASIL CESSAO DE INFRA ESTRUTURA
2014-0185880-1	001102530047-4 1 016	AUTO POSTO NOVO CANTANHEDE LTDA
2014-0206694-1	000850860272S-1 003	TIM CELULAR SA
2014-0270956-7	000960810014-3 1 008	IGREJA PRESBITERIANA DE PINHEIROS
2014-0326587-5	000060270250-1 006	RAFAEL NASSER E SILVA
2014-0329649-5	000871670002-1 1 014	AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRASIL SAO PAULO
2015-0066159-3	001000920012S-1 002	AUTO POSTO NR LTDA
2015-0065968-7	000700110077S-1 027	CITY CANTAREIRA AUTO POSTO LTDA
2015-0090478-0	001620550010-7 1 021	INTERKAR AUTO POSTO LIMITADA
2015-0115335-4	000170720105O-1 014	AUTO POSTO GUARDIAO LTDA
2015-0115339-7	000540150060-2 1 008	CENTRO AUTOMOTIVO ACC RADIAL LTDA
2015-0122802-8	000971020060-7 1 010	CENTRO AUTOMOTIVO PORTO FINO LTDA
2015-0124366-3	000430500016-4 1 002	JOSE PAULO DORIA DA COSTA
2015-0128030-5	000780740014S-1 005	JOSE VICTOR DOS SANTOS JUNIOR
2015-0139301-0	001960150063-3 1 010	ASC IND COM DE ROUPAS IMPORT EXPORT LTDA
2015-0151742-9	000070690053S-7 1 013	CASA DA CULTURA FRANCESA ALIANCA FRANCESA
2015-0165082-0	003051450008-2 1 014	POSTO DE SERVICOS GUADALUPE LTDA
2015-0166549-5	000370950059I-1 029	COLEGIO BANDEIRANTES LTDA
2015-0177962-8	000830530174S-1 009	CONDEDIF.CONSELHEIRO JOAO ALFREDO
2015-0178598-9	001441440308S-1 006	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
2015-0181229-3	000743860005I-1 003	CTN - CENTRO DE TRADICOES NORDESTINAS
2015-0183319-3	000471360001S-1 012	CLUBE ESPORTIVO HELVETIA
2015-0191136-4	000171030048I-1 090	RARA EVENTOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
2015-0198217-2	638358008044S-2 008	MTU DO BRASIL LTDA
2015-0222651-7	777777777777-2 847	ASSOCIACAO DOS PILOTOS DE MOTOVELOCIDADE-APM
2015-0227812-6	777777777777-2 854	LAS VEGAS EVENTOS CULTURAIS LTDA ME

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

5ª GESTÃO

Data da Reunião: **25 de junho de 2015**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano 2015, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: José Floriano de Azevedo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); João Abukater Neto (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Jair José Rodrigues (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Tais Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Ernesto Vega Senise (Conselheiro Poder Público/ SEHAB); Maria Cláudia Pereira de Souza (Conselheira Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/ CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: José de Abraão (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Terra da Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/ MNLM-BR); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Edson Morais dos Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto da Z. Noroeste); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB) e Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Soc. Civil/IAB-SP); Erildo Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Soc. Civil/ PEABIRU); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/USINA); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis) e Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausentes os Conselheiros (as)**: João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Tereza Soares Silveira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Guilherme Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); José Jacques Namur Yazbek (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Ricardo Rezende Garcia (Cons. Poder Público/SIURB); Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Larissa Carolina de Almeida Marco (Conselheira Poder Público/SF); Alberto Kleinas (Cons. Poder Público/SEMDET); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Habitação de SP); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Manuel Morizzi (Cons. Mov. Pop./AMMPT); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Conselheiro Mov. Pop./Assoc. de Moradores Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Ércio José Rodrigues (Cons. Mov. Pop./Mov. Sem Teto do Ipiranga); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Alberto Gomes de O. Vieira (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Rosa Maria Beatriz (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/Belas Artes SP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Margareth Matiko Uemura (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Antônio Carlos Dolácio (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Justificaram ausências os senhores (as)**: Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Helena Strada Nosek (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP) e Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP). **Presentes os convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (SEGMH); Edmundo Fontes (COHAB); Osmar Silva Borges (COHAB) e Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SECMH/GAT). Assinaram a lista de presença outras sessenta e uma pessoas. **Pauta da reunião**: 1) Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CMH realizada em 28/5/2015; 2) Solicitação de Voto CMH Nº18/2015 - Autorização para alienar, através de concorrência pública, o empreendimento "HOTEL CAMBRIDGE", recebendo em permuta unidades habitacionais no local. (Conselheiro Responsável: João Abukater Neto); 3) Solicitação de Voto CMH Nº19/2015 - Reapresentação da minuta de Resolução que trata a forma de articulação entre o Conselho Municipal de Habitação e o Conselho Gestor do FUNDURB e o Conselho Municipal de Política Urbana. (Conselheiros Responsáveis: Benedito Roberto Barbosa e Sidnei Antônio Euzébio Pita); 4) Solicitação de Voto CMH Nº20/2015 - Aprova em regime de urgência a criação de um Grupo de Trabalho com prazo de 40 dias para apresentar diagnóstico e propor solução definitiva em relação ao empreendimento habitacional do antigo Subprograma de Cortiços – Denominado Casarão da Rua do Carmo. (Conselheiros Responsáveis: Benedito Roberto Barbosa e Sidnei Antônio Euzébio Pita); 5) Solicitação de Voto CMH Nº21/2015 - Recomenda a retirada imediata da Câmara Municipal pelo Executivo do PL 157/2015, que tem por finalidade desgravar as Zeis, através de contrapartida financeira ou por troca de outro imóvel. (Conselheiros Responsáveis: Conselheira Margareth Uemura, Conselheiro Benedito Roberto Barbosa, Conselheiro Flávio Higuchi e Conselheiro Caio Santo Amore). O Sr. Floriano dá início aos trabalhos. **Sr. Floriano –** Boa tarde. Item 1 - Aprovação da ata da 3ª Reunião Extraordinária do CMH, realizada em 28 de maio de 2015. **Sr. Élcio –** Fiz uma sugestão para que em todas as reuniões ordinárias do Conselho os representantes venham e atualizem as informações. Na ata saiu os valores. **Sra. Ana Maria –** As informações. E não os valores. Será corrigido. **Sr. Floriano –** Alguma outra observação sobre a ata? (Não há manifestações no plenário) Ata aprovada, com a devida correção. Item 2 – Solicitação de Voto CMH Nº18/2015, autorização para alienar, através de concorrência pública, o empreendimento "HOTEL CAMBRIDGE", recebendo em permuta unidades habitacionais no local. (O Sr. Abukater e a Sra. Luciana Teixeira fazem a apresentação da solicitação de voto) **Sr. Abukater –** Fico à disposição para maiores detalhes sobre a solicitação de voto. Temos quarenta dias para discutir o assunto. **Sr. Celso –** É importante que o projeto esteja aprovado, porque isso é um ganho, pois sabemos muito bem o tempo que se leva para aprovar um projeto. Se dividimos dez milhões de reais por 121 unidades habitacionais, temos o valor de empreendimento de 85 mil reais. E conseguimos viabilizar. É importantíssimo que façamos uma reflexão sobre o que queremos, se queremos essas pessoas morando no centro ou se é fácil dizer que vamos atrás de valor de mercado e ai o valor de mercado, simplesmente, não nos interessa. Estamos trabalhando com outra fatia da população. Não estamos trabalhando com valor de mercado. Reivindicamos que essa Administração reveja todo esse panorama e que coloque a habitação social no centro, onde temos uma área com infraestrutura que pode receber essas populações. Se trabalharmos com os dez milhões, temos condições de viabilizar com os mesmos valores propostos pela COHAB e com o mesmo projeto proposto pela COHAB. **Sr. Dito –** Vamos fazer esse debate no grupo de trabalho. É possível fazer habitação no centro de São Paulo com recursos do Minha Casa Minha Vida, sem entregar uma parte desse empreendimento para o mercado. É evidente que aqui ninguém está contra o mercado, mas sabemos que, ao entregar para o mercado esse empreendimento, o custo dessa unidade, o custo do condomínio, que é outro elemento importante também para ser discutido, pode, inclusive, excluir as famílias de baixa renda que vão morar naquele empreendimento. **Sr. Manhães –** Quero manifestar que esse instrumento da permuta é bastante interessante por regra. Lógico que precisam ser fixados parâmetros para justificar o quanto seria o valor mínimo de permuta. A reserva de área para nós não incidirá esse imposto para o permutante, que está recebendo. Em cima desses números, já há uma economia em torno de R$ 800 mil reais de imposto e corretagem. A permuta é interessante. Acho que devemos aprofundar nesses números e me coloco à disposição para discutir isso. **Sr. Sidnei Pita -** O Ipiranga, com obra, com todos os custeios, saiu por 11 milhões de reais, para entregar o prédio às famílias. E, por unidade, 96 mil. Sei da dificuldade do Poder Público Municipal, mas acho que tínhamos que ter uma parceria. Lembro que o Governo do Estado fez uma parceria com o BID e lançou o PAC, em 2001. Foram as primeiras unidades a estar prontas, no Pari, e ele tinha uma parte de recurso financiado pelo Governo Interamericano, que é o Banco de Desenvolvimento. Então, acho possível que tentemos buscar uma parceria com o Governo Federal para produzirmos. É possível sim não pensarmos em moradia para mercado. Se pensarmos em moradia para mercado, com certeza, não vamos colocar nossos trabalhadores para morar. **Sra. Carmen –** Vivemos numa capital em que a especulação imobiliária é quem manda. Então, procurei, junto aos técnicos e junto às pessoas que têm interesse em formatar parcerias, para que se efetive uma política onde a demanda social organizada de fato tenha um atendimento e seja dentro dos parâmetros. Acabo de receber uma notícia de que a Bienal de Arquitetura de Rotterdam, do Grupo Habita Cidade, tem uma proposta de parceria de recursos. Gostaria de pedir aos senhores, se é para estudar, ter um grupo de estudo, que nos deixem apresentar, porque não queria trazer aqui coisas levianas. Quero trazer dados concretos, parcerias concretas. E quero aqui fazer uma denúncia. Fomos hoje reintegrados, 120 famílias, de dois prédios de SPU. Temos um acordo, uma resolução federal, onde diz que todas as áreas de SPU têm que ser repassadas à Prefeitura de São Paulo. Hoje, fomos reintegrados e nem sequer a prefeitura sabia que esses prédios existiam. E temos aqui hoje a Secretaria da SEHAB, a Coordenação Social da SEHAB, que não tem um lugar para atender seus munícipes, porque foi despejada, quando dois prédios, que estão aqui, bem ao seu lado, que pertencem à União, que deveriam ter um escarecimento e, primeiramente, serem enviados aos senhores, foram passados para o TRE! **Sr. Floriano –** Está aberto o diálogo com a COHAB para tratar do assunto do Cambridge e procurar aprimorar da melhor forma possível a proposta de um novo voto para a próxima reunião do Conselho. **Sra. Ana Maria –** Item 3. Solicitação de Voto nº 19/2015, referente à articulação entre o Conselho Municipal de Habitação e o Conselho Gestor do FUNDURB e o Conselho Municipal de Política Urbana. (O Sr. Benedito faz a apresentação da solicitação de voto) **Sr. Floriano –** O elenco de terrenos do programa, do planejamento da secretaria como um todo, dos recursos do FUNDURB, será apresentado aqui, no Conselho, mas o Conselho não vai restringir as ações do planejamento da Secretaria de Habitação. A única situação é que vai haver a discussão aqui, neste Conselho, sobre o uso dos 20% dos recursos que serão destinados às entidades. **Sr. Dito –** Não queremos limitar a ação do governo nessa questão. Podemos discutir e opinar sobre isso, mas não vamos interferir, a menos que ocorra uma discrepância com a política. O objetivo do voto é que possamos discutir o Plano de Investimentos, que a Secretaria trará ao debate, no Conselho. A palavra final fica com a Secretaria de Habitação. **Sr. Sidnei –** Como é um programa, também quero deixar bem claro para não desvincular esse percentual do FDS. Ele tem que estar colado com o FDS, que é garantia de que possa vir para Entidades. E nossa ideia é que façamos um banco de terras dentro de uma política habitacional nos moldes do Minha Casa Minha Vida Entidades. **Sra. Ana Maria –** Em votação. (É aprovada a Solicitação de Voto nº 19/2015, com uma abstenção e o restante dos votos favoráveis) Item 4. Solicitação de voto nº 20/2015, que aprova em regime de urgência a criação de um Grupo de Trabalho com prazo de quarenta dias para apresentar diagnóstico e propor solução definitiva em relação ao empreendimento habitacional do antigo Subprograma de Cortiços – denominado Casarão da Rua do Carmo. **Sr. Abukater –** Resolvemos o problema técnico, o problema de aprovação. Conseguimos separar o patrimônio histórico da edificação. Só falta o recurso financeiro para fazer a obra. **Sr. Dito –** Quanto vai custar a obra? **Sr. Abukater –** Entre dois e três milhões. (O Sr. Benedito faz a apresentação da solicitação de voto) **Sr. Floriano –** Essa obra do Casarão estava prevista também no orçamento deste ano. Isso foi aprovado inclusive na Câmara Municipal, no final do ano passado. Mas, em janeiro e fevereiro, tivemos um corte orçamentário, em função do que está acontecendo, das questões das arrecadações municipais, que caíram muito; estão caindo no Brasil todo. Então, recebemos uma orientação do Prefeito Haddad e tínhamos que revisar nosso orçamento municipal. E a priorização, que o Prefeito nos passou, foi de apenas dar continuidade às obras que já estavam iniciadas. **Sr. Sidnei –** Acho que era preciso direcionarmos alguma coisa, nem que for para o ano que vem. É preciso darmos um parecer no Conselho e trabalharmos isso. **Sr. Dito –** Pelo que estou entendendo, só está faltando o fator econômico. A minha sugestão é que uma comissão seja criada e, nesses próximos dias, dialogamos com a COHAB. Se for necessário, pedimos uma reunião com o prefeito. O próprio secretário vai com essa comissão, para explicar ao Prefeito que precisamos desses três, quatro milhões, para colocar no orçamento, para terminarmos esse empreendimento. E neste ano ainda fazemos a licitação desse empreendimento. **Sr. Floriano –** Terminado o semestre, vamos avaliar tudo que aconteceu com o orçamento, se os empenhos que foram feitos foram todos cumpridos. Poderíamos então postergar essa situação para o mês de agosto, quando vamos ter mais clareza. Teremos uma leitura para o segundo semestre, em termos de arrecadação do município e a arrecadação dos fundos também. E podemos definir melhor a situação da Rua do Carmo. **Sr. Dito –**Na próxima reunião do CMH, em quarenta dias, o senhor poderia dizer se vai contratar ou não essa obra ainda neste semestre? **Sr. Floriano –** Trazemos isso na próxima reunião, porque vamos ter um panorama melhor do segundo semestre, com relação às nossas receitas. Deixamos, então, para a reunião do Conselho, no mês de agosto. **Sr. Dito –** Certo. E vamos pedir ao Dr. Abukater uma reunião da comissão para podermos discutir. **Sr. Abukater –** Pode ser na semana que vem. Marque comigo. **Sr. Dito –** Tudo bem. Estamos abrindo mão do encaminhamento desse voto diante do acordo que estamos fazendo aqui. E vamos ter uma reunião com o Dr. Abukater e o Secretário irá trazer uma decisão concreta na próxima reunião do Conselho sobre a conclusão da Rua do Carmo. **Sra. Ana Maria –** Item 5 - Solicitação de Voto nº 21/2015, que recomenda a retirada imediata da Câmara Municipal pelo Executivo do PL 157/2015, que tem por finalidade desgravar as Zeis, através de contrapartida financeira ou por troca de outro imóvel. (O Sr. Caio Santo Amore faz a apresentação da solicitação de voto) **Sr. Floriano –** Esse projeto de lei está sendo discutido ainda. Temos muitas oportunidades para a Sociedade Civil, para todos discutí-lo. Mas já houve modificações feitas pela prefeitura em relação a esse pedido de voto na origem do projeto de lei. **Dra. Vera –** Houve uma reunião no dia 17 de junho, uma audiência pública na Câmara, e nesse dia ficou acordado que o PL nº 157 sofreria alterações. Já está sendo trabalhado um substitutivo e há integrantes dos movimentos de habitação trabalhando nesse substitutivo. Então, votar hoje isso é inócuo. Vamos deixar para ver o que vai acontecer no substitutivo, que vai ser apresentado no dia que houver audiência, com a Comissão de Política Urbana. Na terça-feira. **Sr. Abukater –** O projeto mudou; está sendo alterado. A mensagem é do governo. Só por isso já criaria pelo voto uma situação de constrangimento. Se alguém aqui trabalha para o governo e não vai votar com o governo, está com problema. Para que criar esse constrangimento, se o projeto de lei que vamos discutir, que gerou o voto, já não existe mais? A reunião é na terça-feira, que os senhores estão acompanhando, monitorando. Então, minha proposta é fechar o assunto e respeitar as decisões que vão acontecer no outro fórum. **Sr. Dito –** Ontem, tivemos uma reunião com o Prefeito Haddad. Somos veementemente contrários a esse projeto porque ele atravessa o debate da Lei de Zoneamento e enfraquece a nossa posição política no debate da lei, num momento em que as ZEIS estão sofrendo um verdadeiro ataque na cidade, especialmente, nas áreas intermediárias da cidade. Esse voto do Conselho não é um voto de constrangimento. É um voto de afirmação política, em minha opinião, de defesa das ZEIS. E há um entendimento dentro do governo de que a condução política desse projeto de lei não foi combinada, não foi amadurecida com o Movimento Social e com os setores. Nem com o setor empresarial, nem com o setor do Movimento Social, nem com universidades! Para podermos resolver esse problema, fazemos a seguinte sugestão: que a prefeitura abandone esse PL. Não somos contra a solução do passivo, porque não queremos que setores que construíram nessas áreas fiquem na irregularidade. Somos a favor da solução do problema, mas só da solução desse problema. Não somos a favor de fechar o Templo de Salomão. Pelo contrário. Achamos que o Templo de Salomão deve ficar lá. Só que, para isso, a Universal precisa pagar uma multa de 100 milhões de reais, em terreno, para podermos construir moradia popular, na região central, na região do Brás ou na região da Mooca. **Sr. Sidnei –** O que não podemos admitir, enquanto cidadãos trabalhadores desta cidade, é burlar a lei, porque não burlamos lei. Nós, trabalhadores, temos que garantir nossas Zonas Especiais de Interesse Social também nas melhores áreas. **Sr. José Abraão –** Alguém do Executivo encaminhou esse projeto de lei sem qualquer diálogo com os movimentos sociais e nem com a Sociedade Civil organizada. Isso não é parceria. Hoje estamos falando de um alvará do Templo Salomão, que é provisório. Quem de nós hoje consegue construir qualquer coisa na cidade com alvará provisório? Acho que os direitos de igualdade têm que ser levados em consideração. **Sra. Natasha –** O problema não está resolvido. O PL existe e está na Câmara, em tramitação, para ser aprovado. Tivemos diversas conversas, em vários momentos, em que o governo poderia ter retirado esse PL da Câmara e não retirou. O projeto é extremamente prejudicial para a política habitacional. Ele simplesmente tira a força do Plano Diretor, arduamente discutido no ano passado. Houve um esforço enorme para demarcar as ZEIS, para defender na hora de aprovação. E vai ser um esforço contínuo ao longo deste ano, no debate da revisão do zoneamento. Por isso, gostaríamos de pedir que o Conselho se posicione, sim, para que não passem outras leis desse tipo; para mostrar que estamos atentos e cumprindo nosso papel como conselheiros, de acompanhar essa política e verificar como o Executivo está buscando implementá-la. **Sr. Abukater –** Sinto-me constrangido de votar determinados assuntos, quando não trabalhamos em cima de uma coisa concreta. Houve reunião com o prefeito. Há um acordo feito. Respeitem o acordo. Se está sendo construído num outro fórum esse acordo, qual a vantagem de se debater e decidir alguma coisa aqui, contra aquilo que foi combinado ontem? Os senhores estão querendo cavar uma posição política, porque aqui não vai haver consequência. De qualquer forma, vou ficar aguardando uma orientação para saber como me posicionar. Estou defendendo uma posição do governo e estou defendendo uma posição que os senhores construíram junto com ele, que é de negociação. **Sr. Abaledo –** A grande maioria dessas ZEIS, por cumprimento das proporções, 60% de HIS, 20% de HMP e 20% de outros fins, ou 40% de HMP, para ser realizada, precisa de financiamento. E o grande problema, um dos grandes entraves da produção em HMP, é que os recursos para construir HIS e para construir HMP não conversam entre si. Em um terreno que não pode ser dividido fundiariamente de forma a estabelecer um condomínio para o HIS e um condomínio ao lado para o HMP, não há como conseguir financiamento para construir. Os recursos da União, que vêm através do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, não conversam com os recursos do FGTS ou do SBPE, ou qualquer outro recurso do Faixa 2 e 3. E isso impossibilita o desenvolvimento de qualquer empreendimento. Então, essa proposta, tal como apresentada, está esterilizando todos os terrenos que não permitam essa divisão fundiária, do ponto de vista da constituição dos condomínios, para poder oferecer as garantias necessárias aos financiamentos e atender às regras dos financiamentos. Quando se fala em troca de área, imaginem que irão executar 100% de HMP num terreno de ZEIS. Aqueles 60% de potencial que estariam sendo perdidos têm que ser dados, em princípio, na mesma região. Troca-se um terreno daqui por outro da mesma região! Ou, na pior das hipóteses, é há casos onde pode ser feita indenização, o dinheiro vai para o fundo. E o fundo com isso vai solucionar casos. Então, minha proposta é para que isso seja melhor amadurecido, sob pena de esterilização total desses terrenos. **Sr. Dito –** O que vai gerar soluções, algumas respostas, vai ser a Lei de Zoneamento. Se não conseguirmos solucionar na Lei de Zoneamento, não é nessa proposta, no meio do caminho, atravessada, que vamos solucionar. Pedimos ao Conselho Municipal de Habitação que se posicione desde já contra esse tipo de voto, contra a natureza desse voto e seus conceitos. Estamos pedindo um posicionamento político do Conselho em defesa das ZEIS. E também concordamos com o Abelardo que temos que ter amadurecimento. Temos que fazer também uma construção política que viabilize as ZEIS de modo que o Poder Público possa assumir e também o mercado possa participar desse processo de viabilização. Queremos dialogar com os dois setores, porque todos temos responsabilidade. **Sr. Caio –** Eventualmente, há conselheiros que estão participando de algumas discussões nesses fóruns. Mas não é um fórum com o Conselho Municipal de Habitação. Então, uma coisa é o acordo, o que está sendo construído com o prefeito, numa via. A outra é qual é o posicionamento político do Conselho Municipal de Habitação em relação a um projeto de lei que potencialmente diminui a quantidade de HIS a ser produzida na cidade. **Sra. Edinalva –** Gostaria de dizer que constrangidas ficam todas as famílias dos movimentos sociais, que sempre ficam sempre em último lugar, que não são reconhecidas e não são respeitadas. Em áreas de ZEIS estão sendo construídos shoppings, Templo de Salomão. Se existe um funcionamento provisório, por que não se pede reintegração de posse deles? Por que se pede reintegração de posse só aos trabalhadores de baixa renda da Cidade de São Paulo? **Sr. Floriano –** Conselheiros, vamos colocar em votação. (**Não aprovam** a solicitação de voto os senhores (as): José Floriano, Maria Rosa Lazinho, João Abukater, Jair José Rodrigues, Ernesto Vega Senise, Marco Antônio Florenzano e Abelardo Campoy. **Abstenções** das senhoras: Denise Lopes de Souza, Márcia Terlizzi e Taís Jamra. **Aprovam** a solicitação de voto os senhores (as): José de Abraão, Sidnei Pita, Benedito Roberto Barbosa, Jomarina Abreu, Maria Aparecida Ferreira, Edinalva Silva Franco Pereira, Edson Morais dos Santos, Luiza Naomi, Rafael Conde Macedo, Caio Santo Amore, Rafael Borges Pereira, Flávio Higuchi, Maria dos Anjos Brás e Natasha Mincoff). **Sra. Ana Maria –** Foram 14 votos favoráveis, 07 votos contrários e 03 abstenções. **Sr. Floriano –** Será encaminhado o voto. **Sr. Abukater –** A atual Lei de Zoneamento foi construída por este governo que está aqui. A atual legislação de zoneamento teve a participação de toda a Sociedade Civil e os senhores participaram de forma importante. Tudo que está aí do Plano Diretor foi construído por este governo. Esse mesmo governo encaminhou um projeto de lei e esse mesmo governo, após encaminhamento, abriu uma discussão com os senhores. Então, volto a repetir que me pareceu absolutamente inadequado. Só quero dizer aos senhores que a minha colocação não afronta as ZEIS. Desculpem-me, mas não tenho alternativa senão manter a posição originária do governo e votar contra o voto, não porque esteja votando contra a ZEIS, mas porque estou votando contra um projeto de lei que, da forma como está colocado aqui, não existe mais. **Sr. Floriano –** A Comissão de Licitação encerrou os trabalhos do julgamento das entidades e vai encaminhar amanhã para publicação, no Diário Oficial do Município. Aparecerá no sábado. (Encerra-se a reunião)

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO